

Maciel defende mandato-tampão para prefeitos

Os prefeitos das capitais devem ser eleitos no próximo ano para um mandato-tampão de um ano. Essa foi a tese defendida ontem pelo senador Marco Maciel (PFL-PE), depois de ter sido recebido pelo presidente Sarney. Maciel, ex-chefe do Gabinete Civil, continua mantendo um despacho semanal com o presidente da República, nas terças-feiras, no final da tarde, como se ainda ocupasse cargo de ministro de Estado.

Para defender seu argumento de mandato-tampão, o senador chamou atenção para a "importância da coincidência de eleições", afirmando ainda que esta tese tem muitos adeptos. Disse ele que o alto índice dos votos brancos nas eleições de 86, que atingiram a marca recorde de 40% deve-se, em parte, ao fato de que não havia eleições municipais e, portanto, "não havia também motivação".

Contra prorrogação

Marco Maciel disse ainda ser completamente contrário à prorrogação do atual mandato dos prefeitos das capitais e acredita que realizando-se eleições em 1990 para governadores, deputados, senadores, e prefeitos, "a motivação pela campanha será muito maior". Na sua defesa pelo mandato-tampão, o ex-chefe do Gabinete Civil propõe ainda que os eleitos em 1988 devem ter direito a se candidatarem novamente. "Poderíamos aceitar a reeleição", completou Maciel, afirmando ainda que a coincidência de mandatos não é uma questão de interesse partidário ou interesse do governo, mas "interesses de todo o país".

Maciel voltou a defender o mandato de cinco anos para o presidente Sarney, afirmando que se a proposta de quatro anos for vitoriosa, "instala-se imediatamente o processo sucessório no país e a Assembléia Nacional Constituinte, que já está sofrendo diversas dificuldades, entre elas a dos nossos problemas econômicos e financeiros, enfrentará uma nova dificuldade. Ela se transformará em palco de campanha. A tribuna será usada para lançamento de candidatos".

Embora defendendo o mandato de cinco anos, Maciel, presidente do Partido da Frente Liberal, não arriscou a dizer se seu partido vota, em bloco, a favor da proposta do presidente Sarney, que quer os cinco anos. E não respondeu quando foi indagado sobre a possibilidade de se realizar uma convenção no PFL para detectar a tendência do partido sobre o mandato.

Brossard repele mudança na EBN

O ministro Paulo Brossard, da Justiça, não admite a tese de que o noticiário da EBN (Empresa Brasileira de Notícias) seja orientado de forma a que dê divulgação exclusivamente a matérias favoráveis ao Governo Federal. Lembrando que a atividade-fim da EBN é regulada por lei, Brossard argumenta que a empresa trabalha com notícias como matéria-prima, as quais não podem ser distorcidas sob pena de o próprio governo sofrer sérios prejuízos em sua imagem.

A tese de que o noticiário da EBN deveria ser orientado pela área de comunicação social do Palácio do Planalto, com o objetivo de divulgar apenas matérias favoráveis ao governo, foi levantada pelo chefe da Secretaria Especial de Comunicação da Administração Federal, jornalista Getúlio Bittencourt, em entrevista ao JBr no último domingo. Naquela entrevista, Getúlio criticou o que considerou "excessiva liberdade editorial" da EBN, que "tem um projeto próprio alheio aos interesses do governo", e chegou a defender a extinção da empresa.

Sem polêmica

O ministro Brossard recusa-se a abrir polêmica com o principal assessor presidencial para assuntos de comunicação social, a quem, após a publicação da entrevista, chegou a classificar como "funcionário menor". Também não pretende, ao contrário do que alguns jornais chegaram a noticiar ontem, levar o problema ao presidente José Sarney. Aos seus auxiliares mais próximos, porém, não esconde o aborrecimento e irritação que as declarações de Getúlio Bittencourt lhe causaram. Afinal, o secretário da Secaf passou a comentar publicamente assuntos que dizem respeito à administração de seu ministério (a EBN é vinculada à pasta da Justiça), procedimento que a seu ver fere o princípio da hierarquia e autoridade.

A única concessão de Brossard à decisão de não comentar a entrevista de Getúlio Bittencourt foi feita ontem à tarde, em seu gabinete. No 4º andar do Ministério da Justiça. Indagado sobre a intenção da Secaf de forçar a EBN a submeter seu noticiário aos interesses do Planalto, o ministro recorreu à ironia. "É uma idéia... Mas para isso seria necessário mudar a razão social da empresa. Ela deixaria de ser uma agência de notícias para se transformar em departamento de imprensa e propaganda. A propósito, será que os autores da idéia querem a volta ao Estado Novo?"

Ulysses decide que comissão poderá ter substituições

Josemar Gonçalves

As lideranças partidárias poderão substituir seus representantes nas Comissões Temáticas e na Comissão de Sistematização.

Essa foi a decisão anunciada pelo presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, ao responder ontem, em plenário, uma questão de ordem formulada pelo deputado José Maria Eymael (PDC-SP).

Contra essa decisão, protestaram na hora, os deputados Cardoso Alves (PMDB/SP) e Gastone Tighi (PTB/SP). Consideraram-na "absurda". A decisão permite aos líderes tirar das comissões todos os constituintes que, nas subcomissões, não tenham votado segundo o seu gosto.

"A prevalecer isso", advertiu Gastone Righi, "três ou quatro líderes, sozinhos, vão poder fazer o projeto da futura Constituição. Além disso, a decisão desestrutura a Constituinte. Um deputado que estudou a matéria está pronto para dar o seu voto, de repente é pinçado da comissão, perde o seu direito de voto, para dar lugar a outro que já votou em outra subcomissão e que vai, portanto, votar duas vezes".

Ulysses Guimarães fundamentou sua decisão na prática seguida nas comissões da Câmara dos Deputados. As lideranças só não podem substituir seus representantes no curso de uma reunião, para evitar a repetição do caso Márcio Moreira Alves (quando a liderança governista chegou a substituir alguns de seus representantes no momento em que falavam).

"Se essa decisão prevalecer e se forem feitas substituições", advertiu o líder do PTB, "vai haver muita confusão e muito barulho, porque os próprios substituídos, se o forem contra a vontade, vão reagir".

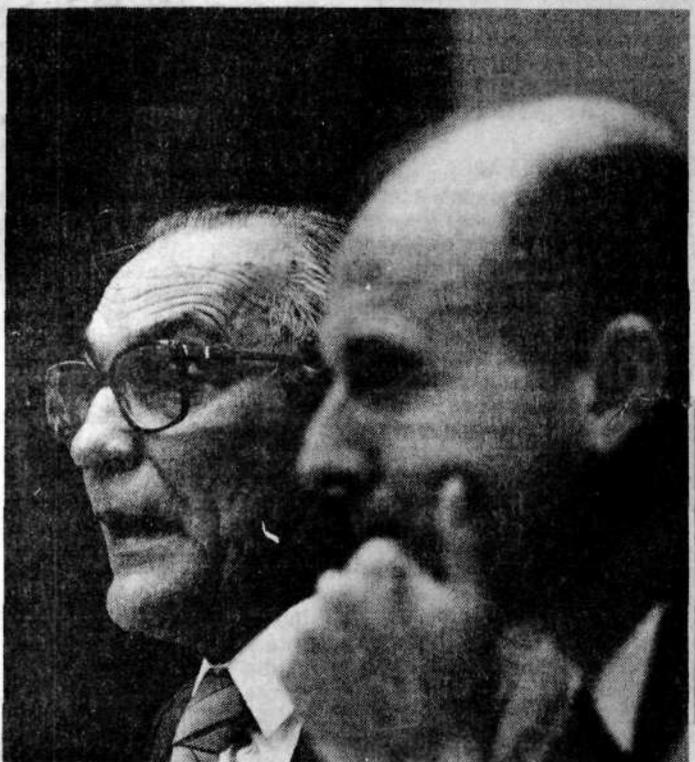
Ulysses Guimarães, em resposta à questão de ordem formulada pela deputada Irma Passoni (PT/SP), disse que as comissões também já foram instruídas para não aceitar propostas substitutivas ao trabalho do relator — como ocorreu na Subcomissão da Reforma Agrária. Mas ficou de examinar a possibilidade levantada por Cardoso Alves (PMDB/SP) de se permitir emendas substitutivas a partes homogêneas da proposta do relator.

Igreja gaúcha decide explicar a Constituinte

Porto Alegre — O ex-presidente da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), D. Ivo Lorscheiter, anunciou em Santa Maria (RS), sede de sua diocese, que no próximo domingo todas as dioceses e paróquias do Rio Grande do Sul vão "explicar ao povo, em clima de religiosa fé", a importância da Assembléia

Nacional Constituinte e a necessidade que a nova Carta seja "elaborada à luz das leis divinas". Para que a atuação da Igreja não fique apenas no plano teórico, frisou D. Ivo, as dioceses e paróquias começarão a coleta de assinaturas para a apresentação de sete projetos de emenda constitucional elaborados pela CNBB, para envio à Constituinte.

Em sua alocução semanal "Palavra do Pastor", transmitida pela Rádio Mediadora, de propriedade da diocese de Santa Maria, o ex-presidente da CNBB observou que para a apresentação de cada emenda são necessárias 30 mil assinaturas, sendo que cada eleitor pode assinar no máximo três projetos de emenda.



Emendas não modificam opinião do relator

Sistema de Governo

Egídio insiste em manter quatro anos

O relator da Comissão de Sistema de governo, deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE), garantiu ontem que vai manter no seu substitutivo um mandato de quatro anos para o presidente Sarney, mesmo diante da apresentação de emendas propondo cinco anos. A fixação do mandato prevê uma das votações mais difíceis na Comissão, ao lado da escolha do sistema de governo, polarizada entre os parlamentaristas e os semi-presidencialistas.

Na Comissão, está afastado qualquer entendimento entre moderados e progressistas em torno do mandato presidencial, sendo que o assunto somente será definido através do voto, embora nenhuma das duas correntes possua até agora maioria folgada para garantir a aprovação de quatro ou cinco anos para Sarney. Até o coordenador da bancada do Ceará, deputado Expedito Machado (PMDB), um dos articuladores do grupo "Centro Democrático", admite que a votação na Comissão será diferente do que ocorreu na Subcomissão do Poder Executivo, onde os conservadores conseguiram derrotar a proposta do relator, senador José Fogaça (PMDB-RS), e fixar o mandato do presidente em cinco anos. Expedito concorda que repetir a dose será mais difícil, principalmente porque as pressões fora da Constituinte deverão orientar o voto dos indecisos.

PARLAMENTARISMO

Na reunião de ontem da Comissão, o relator Egídio Ferreira Lima deixou claro que não vai alterar a essência de sua proposta de implantação de um regime parlamentarista, mas admite rever o dispositivo sobre o mecanismo de composição do governo, criticado pelo senador José Fogaça e o grupo favorável ao



parlamentarismo. Segundo Fogaça, o princípio de aprovação ativa do primeiro-ministro, proposto por Egídio, não é adotado em nenhum país onde o presidente seja eleito pelo voto direto, mas sim o de rejeição ativa, que dá a ele um papel político mínimo de supervisor e condutor influente do processo de formação do governo.

"Com relação processo de nomeação do primeiro-ministro, o presidente da República passa a ter um papel rigorosamente secundário e inferior. Todas as decisões estão nas mãos da Câmara dos Deputados. O presidente, mesmo que tenha 30 ou 40 milhões de votos, terá de aceitar a seu lado o primeiro-ministro que a Câmara impuser, mesmo que este primeiro-ministro seja seu adversário ou inimigo político. Para chegar a essa situação, basta que a Câmara não aprove por duas vezes o primeiro-ministro indicado pelo presidente. Ai, a Câmara elege quem quiser para ocupar o cargo e impõe o nome ao presidente da República", reagiu Fogaça.

A Agenda da Comissão reúne-se hoje, às 10 horas, para votar os recursos dos deputados José Genoíno (PT-SP) e Amaral Netto (PDS-RJ). Genoíno quer alterar a composição da Comissão de Sistematização, enquanto Amaral deseja impedir a condução dos relatores derrotados nas Subcomissões ou nas Comissões para a Sistematização.

Para reitor, prioridade ao 1º grau é desastrosa

Florianópolis — Se a proposta da Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes for incluída na Constituição "vai ser um desastre", não só para a Universidade, como para toda a educação no país. A advertência é do presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub), Robolfo Joaquim Pinto da Luz, para quem o texto aprovado "con-

cede uma falsa prioridade ao ensino fundamental".

Ao garantir 50 por cento dos recursos públicos destinados à educação ao ensino básico, explica o reitor, a subcomissão não levou em conta que, sem um ensino de 3º grau eficiente, estruturado e equipado, não pode haver ensino de 1º e 2º graus. "A educação tem que ser tratada como um todo, como um sistema interligado".